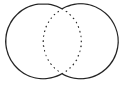
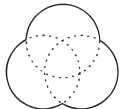
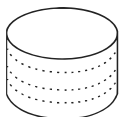


Visão geral

**Transparência:****45** /100

(Pontuação no Índice do Orçamento Aberto)

**Participação Pública:****18** /100**Fiscalização do Orçamento:****44** /100

Sobre o inquérito

As decisões orçamentárias do governo – quais impostos cobrar, quais serviços fornecer e quanta dívida assumir – têm consequências importantes para todas as pessoas da sociedade. Quando os governos fornecerem informações e canais significativos para o público se engajar nessas decisões, podemos garantir melhor que o dinheiro público é gasto em ações voltada ao interesse público

O **Inquérito do Orçamento Aberto (IOA)** é o único instrumento global de pesquisa independente, comparativo e baseado em evidências que usa critérios internacionalmente aceitos para avaliar o acesso público às informações orçamentárias do governo central; oportunidades formais para o público participar do processo orçamentário nacional; e o papel das instituições de supervisão orçamentária, como legislaturas e entidades nacionais de auditoria, no processo orçamentário.

Este inquérito ajuda a sociedade civil local a avaliar e conferir junto a seu governo a transparência e o uso dos recursos públicos. Esta 8ª edição do IOA abrange 120 países.

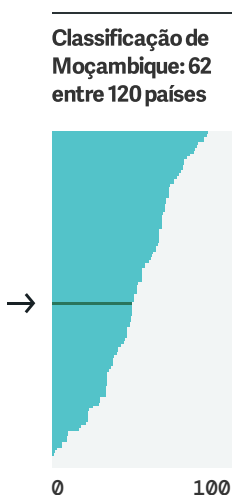
Visita www.internationalbudget.org/open-budget-survey para obter mais informações, incluindo a metodologia OBS completa, os relatórios globais e regionais de 2021, as descobertas de todos os países pesquisados e o Data Explorer.

Transparência

Esta parte do IOA mede o acesso do público à informação sobre como o governo central arrecada e gasta os recursos públicos. Avalia a **disponibilidade por via eletrônica, a pontualidade e a abrangência** de oito documentos orçamentais importantes, usando 109 indicadores de peso igual para pontuar cada país em uma escala de 0 a 100. **Uma pontuação de 61 ou mais indica um país que provavelmente publica material suficiente para sustentar um debate público bem informado sobre o orçamento.**

Moçambique tem uma pontuação em transparência de 45 (sobre 100).

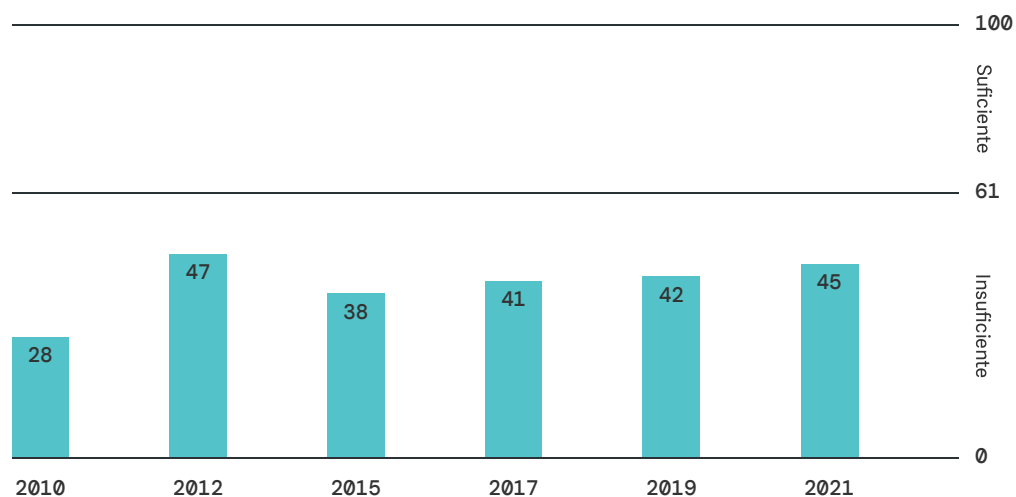
Transparência de Moçambique em comparação a outros



Média Global	45
África do Sul	86
Zimbábue	59
Moçambique	45
Botsuana	34
Eswatini (Suazilândia)	31
Angola	30
Malawi	20
Zâmbia	19

0 Insuficiente 61 Suficiente 100

Como evoluiu a pontuação em transparência de Moçambique ao longo do tempo?



Disponibilidade pública de documentos orçamentais de Moçambique

KEY

- Disponível para o Público
- Publicado com Atraso, ou Não Publicado por Meios Eletrônicos, ou Produzido Apenas para Uso Interno
- ⊘ Não Foi Produzido

Documento	2010	2012	2015	2017	2019	2021
Declaração Pré-Orçamental	⊘	●	●	●	●	●
Proposta de Orçamento do Executivo	●	●	●	●	●	●
Orçamento Promulgado	●	●	●	●	●	●
Orçamento Cidadão	⊘	⊘	●	●	●	●
Relatórios Durante o Ano	⊘	●	●	●	●	●
Revisão Semestral	⊘	●	●	⊘	⊘	⊘
Relatório de Fim de Ano	●	●	●	●	●	●
Relatório de Auditoria	●	●	●	●	●	●

Qual a abrangência do conteúdo dos principais documentos orçamentais que Moçambique disponibiliza ao público?

KEY	
● 61-100 / 100	
● 41-60 / 100	
● 1-40 / 100	

Principal documento orçamental	Finalidade e conteúdo do documento	Exercício fiscal avaliado	Pontuação do conteúdo do documento
Declaração Pré-Orçamental	Divulga os parâmetros gerais das políticas fiscais antes da Proposta de Orçamento do Executivo; esboça as previsões do governo para a economia, as receitas, despesas e endividamento.	2021	73
Proposta de Orçamento do Executivo	Apresentada pelo executivo ao poder legislativo para sua aprovação, contendo detalhes sobre fontes da receita, alocações aos ministérios, mudanças propostas em políticas públicas e outras informações para compreender a situação fiscal do país.	2021	38
Orçamento Promulgado	O orçamento aprovado pelo poder legislativo.	2021	78
Orçamento Cidadão	Uma versão mais simples e menos técnica da Proposta de Orçamento do Executivo ou do Orçamento Promulgado, redigida para divulgar dados chaves ao público.	2021	75
Relatórios Durante o Ano	Incluem informações sobre receitas efetivamente arrecadadas, despesas efetivamente feitas e dívida assumida em diferentes intervalos; publicados trimestral ou mensalmente.	2020	70
Revisão Semestral	Uma atualização abrangente sobre a execução do orçamento no meio do ano, com a revisão dos pressupostos macroeconómicos e uma previsão atualizada dos resultados orçamentais.	2020	Não produzido
Relatório de Fim de Ano	Descreve a situação das contas do governo no final do exercício fiscal e, idealmente, uma avaliação do progresso para alcançar as metas de política pública do orçamento.	2019	60
Relatório de Auditoria	Emitido pela Instituição Suprema de Auditoria, este documento examina se as contas de fim de ano do governo são corretas e completas.	2018	33

Moçambique: A pontuação no quesito transparência de **45** no IOA de 2021 é próxima de sua pontuação em 2019.

O que mudou em 2021?

Moçambique aumentou a disponibilidade de informação orçamentária ao:

- Publicar Declaração Pré-Orçamental por via eletrônica em tempo hábil.

Recomendações

Moçambique deve priorizar as seguintes ações para melhorar a transparência orçamental:

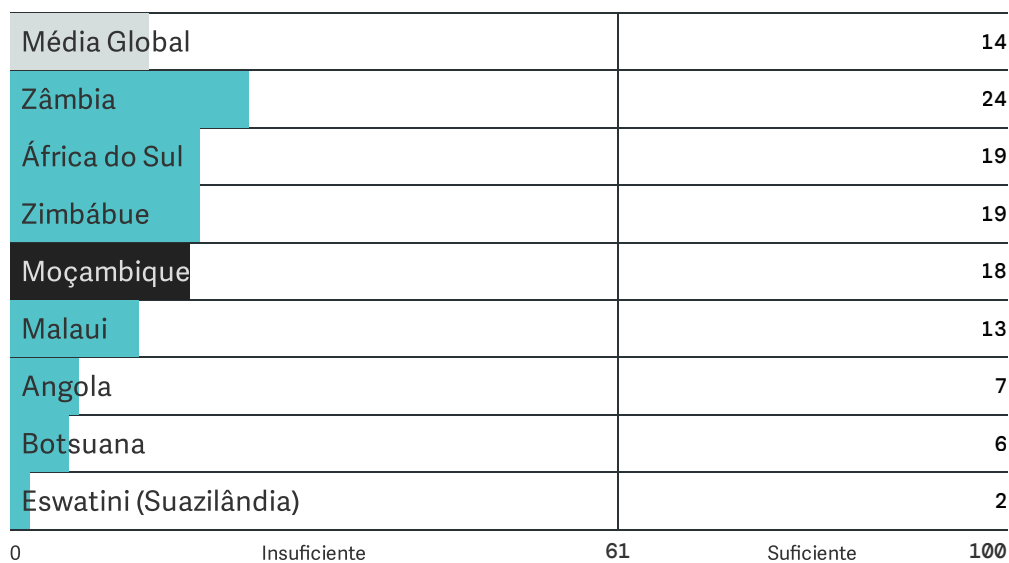
- Incluir informações adicionais na Proposta de Orçamento do Executivo: apresentar despesas por classificação funcional; fornecer informações sobre gastos tributários, fundos extraorçamentais, e ativos e passivos do governo; e apresentar estimativas de despesas e receitas para um período plurianual.
- Publicar um cronograma para a formulação da Proposta de Orçamento do Executivo.
- Incluir no Relatório de Fim de Ano informações sobre a composição da dívida e sobre a precisão das projeções macroeconômicas originais.
- Produzir e publicar Revisão Semestral por via eletrônica em tempo hábil.
- Ampliar o conteúdo de Relatório do Auditoria.

Participação Pública

O IOA avalia as oportunidades formais franqueadas ao público para uma participação significativa nas diferentes etapas do processo orçamental. Examina as práticas do executivo, do poder legislativo e da instituição suprema de auditoria (ISA) do governo central, com base em 18 indicadores de peso igual, alinhados com os [Princípios de Participação Pública na Política Fiscal](#) da *Global Initiative for Fiscal Transparency*, e pontua cada país em uma escala de 0 a 100.

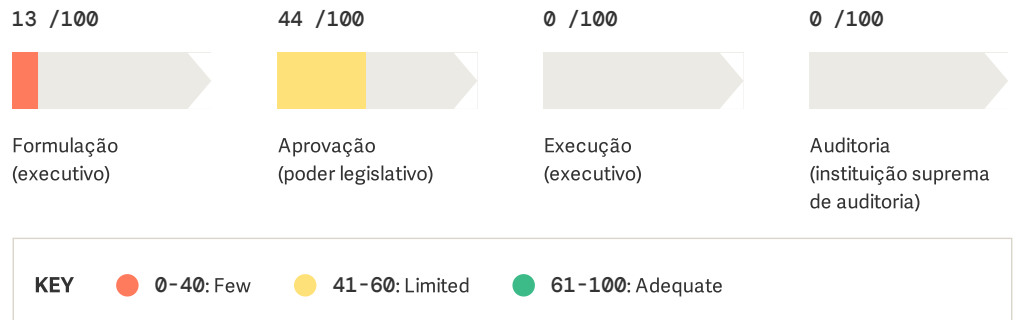
Moçambique tem uma pontuação no quesito participação pública de **18** (sobre 100).

Participação pública de Moçambique em comparação a outros



Veja maiores informações sobre práticas de participação pública no mundo, [aqui](#).

Alcance das oportunidades para a participação pública no processo orçamental



Recomendações

O Ministério da Economia e Finanças de Moçambique estabeleceu consultas públicas durante a formulação do orçamento mas, para fortalecer mais ainda a participação pública no processo orçamental, também deveria priorizar as seguintes ações:

- Testar mecanismos para o público monitorar a execução do orçamento.
- Ampliar os mecanismos durante a formulação do orçamento para qualquer organização da sociedade civil ou membro do público que quiser participar poder fazê-lo.
- Promover ativamente a participação de comunidades vulneráveis e sub-representadas, diretamente ou através de organizações da sociedade civil que as representam.

O Assembleia da República de Moçambique realiza contribuições escritas relativas à aprovação do orçamento anual e contribuições escritas relativo à revisão do Relatório de Auditoria, mas também deveria priorizar as seguintes ações:

- Permitir que qualquer membro do público ou qualquer organização da sociedade civil exponha durante suas audiências sobre a proposta de orçamento antes de sua aprovação.
- Prestar um retorno ao público sobre como as contribuições das Organizações da Sociedade Civil (OSC) foram consideradas durante as deliberações legislativas sobre o orçamento anual.

O Tribunal Administrativo de Moçambique deveria priorizar as seguintes ações para melhorar a participação do público no processo orçamental:

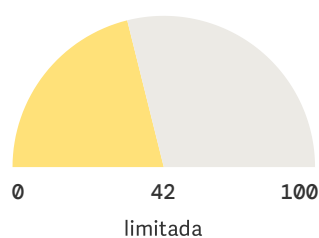
- Estabelecer mecanismos formais para o público auxiliar no desenvolvimento de seu programa de auditoria e contribuir para investigações relevantes.

Fiscalização do Orçamento

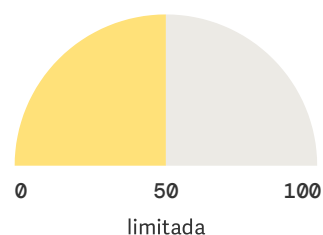
O IOA examina o papel do poder legislativo e das instituições supremas de auditoria (ISAs) no processo orçamental e até que ponto elas proporcionam uma fiscalização adequada. Cada país recebe uma pontuação de 0 a 100, com base em 18 indicadores de peso igual. O inquérito também levanta informações adicionais sobre instituições fiscais independentes (ver Destaque).

O poder legislativo e a instituição suprema de auditoria em Moçambique (a Assembleia da República e o Tribunal Administrativo) juntos, exercem um controle limitado sobre o processo orçamental, com uma pontuação conjunta de controle de 44 (em uma escala de 0 a 100). Avaliadas de forma individual, mostra-se a seguir o grau de controle exercido por cada instituição:

Fiscalização pelo legislativo



Fiscalização pela instituição de auditoria



KEY ● 0-40: Few ● 41-60: Limited ● 61-100: Adequate

Recomendações

O Assembleia da República de Moçambique oferece uma fiscalização limitada durante a etapa de planejamento no ciclo orçamental e uma fiscalização fraca durante a etapa de execução. Para melhorar a fiscalização, as seguintes ações deveriam ser priorizadas:

- O poder legislativo deve debater a política orçamental antes do envio da Proposta de Orçamento do Executivo, e aprovar recomendações para o próximo orçamento.

- As comissões legislativas - particularmente a "Comissão do Plano e Orçamento - CPO" - devem publicar relatórios pela internet com sua análise da Proposta de Orçamento do Executivo.
- Uma comissão legislativa (Comissão do Plano e Orçamento - CPO) deve examinar a execução do orçamento ao longo do ano e publicar relatórios pela internet com suas conclusões.
- Na prática, garantir que o poder legislativo seja consultado antes que o executivo transfira recursos entre unidades administrativas especificadas no Orçamento Promulgado durante o exercício fiscal, e gaste qualquer receita imprevista ou reduza gastos devido a uma insuficiência da receita.

Para fortalecer a independência e melhorar a fiscalização da Tribunal Administrativo do Moçambique, as seguintes ações são recomendadas:

- Assegurar que a instituição suprema de auditoria tenha dotação financeira adequada para desempenhar suas funções.
- Garantir que os processos de auditoria sejam revisados por uma agência independente.

A prática emergente de estabelecer instituições fiscais independentes

Moçambique não possui uma instituição fiscal independente (IFI). Cada vez mais, os IFIs são reconhecidos como provedores valiosos de informações independentes e imparciais para o Executivo e/ou Legislativo durante o processo orçamental.

**Estes indicadores *não* são pontuados no Inquérito do Orçamento Aberto.*

Metodologia

- O IOA de 2021 avaliou apenas documentos publicados e eventos, atividades ou novidades ocorridos até 31 de dezembro de 2020.
- Este inquérito se baseia em um questionário preenchido em cada país por um especialista independente em assuntos de orçamento

Leila Constantino

Centro de integridade publica (CIP)

Rua Fernão Melo e Castro n° 124, Bairro da Sommerschield, Cidade de

Maputo CP 3266

leila.constantino@cipmoz.org

- Para reforçar a pesquisa, o draft do questionário sobre cada país também é revisado por um especialista anônimo independente e, no caso de Moçambique, por um representante do Ministério da Economia e Finanças.